

No Governo, correntes opostas

HAROLDO HOLLANDA

Da Editoria Política

Há hoje duas correntes dentro do governo sustentando conceções opostas em matéria de política econômico-financeira: a liderada pelo ministro Delfim Netto responsável por todas as medidas até aqui postas em prática, e a que vem sustentando de público em suas pregações o ministro Hélio Beltrão, o qual recomenda a prática de um novo receituário. Embora sem responsabilidades diretas nessa área, o discurso feito recentemente em Salvador pelo ministro Beltrão revela claramente das suas o tom divergências e o seu pensamento crítico coincide em muitos pontos com os de vários grupos liberais das Oposições.

No fundo, o que propõe o ministro da Desburocratização é a ampliação do mercado interno como uma das opções para vencer a crise da inflação e do desemprego. Na linha oposta a essa pregação de Beltrão o ministro Delfim Netto tem a encontrá-lo e a socorrê-lo o ex-ministro do Planejamento, o senador Roberto Campos. Há mais de dois anos o ex-ministro Roberto Campos discorda da política gradualista de Delfim Netto. Argumentava Campos que uma inflação persistente como a enfrentada pelo Brasil só podia ser debelada através de tratamento de choque, com medidas rápidas e profundas. Segundo sua argumentação, a recessão, num país como o nosso, não deve se prolongar por muito tempo, pois o receituário pode matar o paciente. Deve-se, por fim, recordar que, embora se tratem cordialmente, do ponto de vista social, há uma clara distância no relacionamento de Campos com Beltrão. O senador Roberto Campos não perdoa o duro discurso de crítica à sua política econômica feita pelo ministro Beltrão, ao receber o Ministério do Planejamento, na transferência do Governo Castello Branco para o Governo Costa e Silva.

No momento todas as notícias indicam na direção de que o ministro Delfim Netto se dispõe finalmente a aplicar as medidas corretivas amargas reclamadas por Roberto Campos. Mas os políticos e mesmo os economistas que possuem uma visão política dos acontecimentos temem que essas medidas amargas e de impacto profundo sobre toda a sociedade acabem se refletindo também sobre o projeto de abertura. Lembra-se, a propósito, terem sido inteiramente diversas das atuais as condições políticas imperantes em 64, quando Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões impuseram um tratamento de choque à economia brasileira. Naquela ocasião acabava de se produzir no País um ato político traumático com a súbita interrupção e queda de um governo. As lideranças oposicionistas mais expressivas se encontravam cassadas ou exiladas, os sindicatos fechados ou cercados em suas ações. Havia liberdade de imprensa, os políticos se movimentavam, mas o sentimento dominante nas Oposições era claramente defensivo. No presente estágio em que nos encontramos, todos os políticos, inclusive muitos cassados, retornaram às suas atividades públicas. Quanto ao quadro econô-

mico com que nos defrontamos, ele é mais grave do que o de 64, porque se reveste de implicações internacionais, o que não sucedia naquela fase.

No entender de vários observadores, a aplicação de uma política de tratamento de choque na economia irá produzir reflexos inevitáveis no campo social, já agravado pelo desemprego e por uma inflação desmedida. Veja-se como exemplo bem ilustrativo do instável e explosivo quadro com o qual lidamos o que ocorre com o ministro Mário Andrade, jogado no centro de um torvelinho que o ameaça devorar, por força de um aumento de 130% nas prestações do BNH. Do que se cogita agora: acabar com todos os subsídios, não só à agricultura, como ao trigo, ao petróleo, ao açúcar, etc, etc. Num primeiro estágio, os preços irão disparar. Simultaneamente a isso, os aumentos de preços decorrentes da retirada dos subsídios serão expurgados do INPC, de modo a não incidir sobre os reajustes salariais. Ao mesmo tempo, fala-se da imperiosa necessidade de uma aceleração das desvalorizações do cruzeiro, a fim de situá-lo num patamar bem inferior ao dólar.

O impacto dessas medidas no campo social irá determinar fatalmente reações em cadeia, de resultados ainda impossíveis de serem medidos. O receio, de longa data manifestado por políticos e economistas tarimbados, é o de que o receituário acabe alcançando a abertura política, uma vez que não possuímos instituições políticas, estáveis, pois sua fragilidade é por todos conhecida. Políticos vividos e experimentados como o senador Luiz Viana Filho, o governador Tancredo Neves e o ex-senador Paulo Brossard insistem há muito tempo em identificar uma só saída para o quadro de recessão e graves dificuldades a que nos conduziu a crise econômica: um governo de pacificação nacional, capaz de unir em torno de um programa comum os grupos políticos mais significativos do Governo e das Oposições. O senador Luiz Viana Filho faz a observação de que a unanimidade é sempre impossível de ser alcançada, mas a uma convocação dessa grandeza diz ter a convicção de que a ela atenderiam as correntes mais expressivas das Oposições.

Quase dois anos se passaram desde que Tancredo Neves, Luiz Viana Filho, Eraldo do Amaral Peixoto e outros políticos defenderam a união nacional, a qual teria de se consubstanciar com a participação no Governo de representantes oposicionistas. Se as bandeiras levantadas por esses políticos não encontraram ressonância maior, deve-se hoje lembrar que no estágio atual as responsabilidades das Oposições são maiores, uma vez que vários dos seus representantes conquistaram Governos Estaduais de decisiva importância na vida do País, como são os casos de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

Agora, as medidas a serem tomadas pelo Governo no campo econômico exigem doses redobradas de maior rigor e profundidade para que venham a alcançar os resultados desejados. Não há, por outro lado, den-

tro do Governo uma certa unidade, que assegure a sua plena eficiência.

O Governo Figueiredo foi bem-intencionado e vem cumprindo as suas promessas de crescente liberalização política do regime. Mas em dado momento houve como que uma paralisação política do Governo, o que acabou também se refletindo sobre o setor econômico-financeiro. Com a abertura foram liberadas novas e crescentes forças políticas, que passaram a influir por seus próprios meios na dinâmica do processo em desenvolvimento. Mas como em todo processo político é necessário dispor de lideranças capazes de orientar as dispersivas e diferentes forças em ação, o que não vem acontecendo. Desde a saída do Governo do ministro Golbery do Couto e Silva que o Planalto não dispõe de uma estratégia política bem articulada e definida. As ações políticas correm livremente, sem qualquer disciplinamento, de tal modo que o Planalto se vê ameaçado de ser ultrapassado na batalha da sucessão. O Governo age por impulsos e faz uma política defensiva e meramente circunstancial. Nesse sentido, o Governo Figueiredo lembra muito o Governo Costa e Silva. O mesmo fracionamento, a mesma falta de aptidão e gosto pela política. O que produz a impressão geral de que, ao invés de conduzir, o Governo é conduzido pelos acontecimentos. Um fato positivo a registrar: ao contrário do que ocorria durante o Governo Costa e Silva, quando as esquerdas se revelavam excitadas, a experiência do passado serve de lição aos grupos políticos radicais, os quais atualmente dão indicações de que não pretendem servir de pretexto ou isca para um fechamento do regime.

Ao contrário do que ocorreu em 68 e apesar das crescentes dificuldades com que se defronta o País, não há ambiente para um endurecimento do regime, a não ser que se manifeste um estado de convulsão social. No entanto, os políticos se revelam inquietos e se perguntam para onde estamos marchando, pois as perspectivas com as quais lidam não são nada promissoras.

Separando o momento presente da futura sucessão presidencial, há um longo e penoso terreno minado e inseguro a percorrer, constituído pela grave crise que abala as estruturas econômico-financeiras e sociais do País. Com ou sem moratória, o que todos desejam saber é para onde estamos indo?

Conversando ontem com o senador Henrique Santillo, do PMDB, o senador Dinarte Mariz fazia um vaticínio. De acordo com o seu entendimento, só há uma solução política para o problema brasileiro. Os políticos de todos os matizes e tendências devem esquecer suas vinculações partidárias e unir-se em torno dos interesses maiores do País que se confundem com o da própria sobrevivência nacional. O senador Dinarte Mariz admite como extremamente possível a formação de um governo de união nacional, inclusive com a participação de representantes opositórios no Ministério.